

## **Auditoria à Fundação da Obra de Nossa Senhora das Candeias**

### **SÍNTESE DE RESULTADOS**

A auditoria à Obra de Nossa Senhora das Candeias teve os seguintes objetivos: comprovar se a fundação cumpre a finalidade para que foi criada e o estatuto de utilidade pública enquanto IPSS, apreciar a adequada utilização dos apoios financeiros públicos recebidos pela Fundação e avaliar os mecanismos de controlo interno instituídos, a situação económico-financeira e a sua sustentabilidade futura. Esta ação incidiu essencialmente no triénio 2011/2013, período em que os apoios financeiros públicos concedidos ascenderam a de 6,7 M€, incluindo benefícios fiscais e parafiscais.

#### **1. Principais conclusões**

A Fundação apresenta elevada dependência dos apoios financeiros públicos para assegurar o seu funcionamento (o grau de cobertura é de cerca de 2/3 dos proveitos). Reduzida transparência e divulgação pública de informação institucional (por exemplo: não publicação de relatórios anuais de atividades e contas e não indicação dos membros dos órgãos sociais e dos apoios financeiros recebidos). É permitido o acesso (gratuito ou com desconto) a utentes nalgumas valências, embora esta modalidade não esteja prevista nos respetivos regulamentos internos. Identificaram-se pontos fracos no sistema de controlo interno, nomeadamente a inexistência de regulamento interno da organização e de inventário atualizado dos bens da fundação, não adoção de procedimentos mais alargados à concorrência previstos no Código dos Contratos Públicos nas aquisições de bens e serviços realizadas, não utilização de contabilidade analítica que permita uma gestão eficiente das valências e ausência de monitorização e avaliação dos resultados alcançados.

#### **2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s**

Reduzir a dependência do financiamento público e procurar fontes de financiamento alternativas pela via da angariação de recursos provenientes do mecenato social e pela exploração subsidiária de atividades de caráter empresarial. Introduzir maior transparência no funcionamento da fundação, através da divulgação periódica da atividade desenvolvida (v.g. relatórios de atividades e contas) e dos apoios financeiros públicos recebidos. Elaborar regulamento que possibilite a oferta de alguns auxílios sociais, eventualmente a título gratuito (caso seja essa a opção da instituição), desde que sejam definidos critérios objetivos e os encargos sejam suportados exclusivamente por receitas próprias. Melhorar a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno.

**(Relatório n.º 1941/2014, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2015-06-05).**